

RELATÓRIO DE PESQUISA

AÇÕES DE COMBATE À FOME EM PONTA GROSSA (PR) NO CONTEXTO DA COVID-19

Augusta Pelinski Raiher
Edina Schimanski
Eliana Aparecida Fagundes Queiroz Bortolozzo
Lenir Aparecida Mainardes da Silva
Luana Marcia de Oliveira Billerbeck
Mirna de Lima Medeiros
Sandra Maria Scheffer

ORGANIZADORAS



Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais Aplicadas

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza

RELATÓRIO DE PESQUISA:

**AÇÕES DE COMBATE À FOME EM PONTA GROSSA (PR) NO
CONTEXTO DA COVID-19**

Ponta Grossa
Outubro de 2021

COORDENADORAS

Augusta Pelinski Raiher
Edina Schimanski
Eliana Aparecida Fagundes Queiroz Bortolozo
Lenir Aparecida Mainardes da Silva
Luana Marcia de Oliveira Billerbeck
Mirna de Lima Medeiros
Sandra Maria Scheffer

RELATÓRIO DE PESQUISA:

AÇÕES DE COMBATE À FOME EM PONTA GROSSA (PR) NO CONTEXTO DA COVID-19

Relatório final de pesquisa, apresentado para fins de divulgação das informações coletadas. Pesquisa gerada pelo Grupo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

**Ponta Grossa
Outubro de 2021**

A185 Ações de combate à fome em Ponta Grossa (PR) no contexto da COVID-19: relatório de pesquisa/ Augusta Pelinski Raiher et al. (org.). Ponta Grossa: UEPG/PPGCSA/Núcleo de Pesquisa, Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, 2021.

35p. : il.

1. Assistência social – Ponta Grossa. 2. Fome. 3. COVID-19.
I. Raiher, Augusta Pelinski et al. (org.). II..T.

CDD: 361.4

COORDENADORAS

Augusta Pelinski Raiher

Edina Schimanski

Eliana Aparecida Fagundes Queiroz Bortolozo

Lenir Aparecida Mainardes da Silva

Luana Marcia de Oliveira Billerbeck

Mirna de Lima Medeiros

Sandra Maria Scheffer

PARTICIPANTES

Bruna Fernanda Itaoui

Carolina Soares Dos Santos

Diego De Paula

Eduardo Antero Premebida

Gabriela Cristina Covalchuk

Gabriele Petroski Machado

Geovanna Gomes Da Silva

Isabela Sens Fadel Gobbo

Juliana Yuri Kawanishi

Lincon Mioduski Ferreira

Matheus Leite Bittencourt

Terezinha Pelinski da Silveira

AGRADECIMENTOS

À todas as instituições que atuam para mitigar a insegurança alimentar e nutricional no município de Ponta Grossa. Especialmente àquelas que participaram da presente pesquisa compartilhando conosco as importantes informações que se encontram no presente relatório.

À Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, em especial a Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação Municipal de Assistência Social, por contribuir na formatação da presente pesquisa, bem como de etapa subsequente.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas que contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada, desde a discussão do projeto de pesquisa até a confecção deste relatório.

RESUMO

A pandemia da síndrome respiratória aguda grave do coronavírus 2 (SARS-CoV-2), conhecida como COVID-19, pode ser considerada uma das maiores já ocorridas. Ainda que não se saiba o real tamanho da infecção global (seja por capacidade limitada de testagem e/ou estratégias de desinformação de alguns Estados), fato notório é que as medidas necessárias para tentar controlá-la geraram diversas consequências econômicas e sociais. Dentre essas pode-se destacar o agravamento da insegurança alimentar e nutricional, tanto em termos qualitativos, quanto em termos quantitativos. Diante desse cenário diversos atores se mobilizaram com o propósito de “mitigar a fome”. A solidariedade e ação da sociedade civil e de entidades não governamentais vem somar-se às ações emergenciais públicas. Neste sentido, torna-se importante mensurar as ações de combate à fome em Ponta Grossa-PR realizadas por entidades não governamentais e ações individuais, visando especialmente identificar a ampliação das ações que já existiam antes da pandemia, e as novas que surgiram durante este período. Para esse fim o Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas propôs uma pesquisa exploratória-descritiva que teve participação de docentes e discentes da pós-graduação, bem como da graduação, desde a sua concepção até o presente relatório. A sua execução deu-se com a aplicação de um questionário por meio telefônico e formulário virtual no período de agosto a setembro de 2021. Obteve-se um total de 26 respostas válidas que permitem compreender quais foram alguns desses atores que atuaram em Ponta Grossa e seu *modus operandi*. Entende-se que essa pesquisa, além de difundir o trabalho realizado pelas entidades, aponta algumas demandas de capacitação e apoio à sua atuação tais como, por exemplo, no controle financeiro, no conhecimento nutricional e recursos (humanos e monetários) para o planejamento, organização, execução e avaliação das ações.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de respostas conforme tipo de entidade ou pessoa física – Ponta Grossa – agosto de 2021	14
Gráfico 2: Percentual de entidades/pessoa física conforme tempo de atuação – Ponta Grossa – agosto de 2021	16
Gráfico 3: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a inclusão de alguns tipos de alimentos nas refeições – Ponta Grossa – agosto de 2021	19
Gráfico 4: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a inclusão de alguns tipos de alimentos nas cestas – Ponta Grossa – agosto de 2021	20
Gráfico 5: Percentual de entidades/pessoas física conforme a forma que é feita a composição das cestas – Ponta Grossa – agosto de 2021	21
Gráfico 6: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a forma que é feita a composição das refeições – Ponta Grossa – agosto de 2021	22
Gráfico 7: Percentual de entidades/pessoas físicas quanto à frequência das ações – Ponta Grossa – agosto de 2021	24
Gráfico 8: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme mudanças na forma do auxílio com alimentos após a pandemia – Ponta Grossa – agosto de 2021	25
Gráfico 9: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme ampliação das áreas atingidas após a pandemia – Ponta Grossa – agosto de 2021	25
Gráfico 10: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme ampliação de interessados em auxiliar (voluntários e patrocinadores) – Ponta Grossa – agosto de 2021	26
Gráfico 11: Percentual de entidades/pessoas físicas que irão continuar suas ações após a pandemia – Ponta Grossa – agosto 2021	27
Gráfico 12: Frequência de doação por bairros de Ponta Grossa – agosto 2021	31

TABELAS

Tabela 1: Percentual de entidade/pessoa física conforme a existência de cadastro dos beneficiados – Ponta Grossa – agosto de 2021	15
Tabela 2: Percentual de entidade/pessoa física conforme o controle financeiro das suas ações – por tipo de entidade/pessoa física – Ponta Grossa – agosto de 2021.....	15
Tabela 3: Percentual de entidades/pessoa física conforme tempo de atuação - por tipo de entidade/pessoa física- Ponta Grossa – agosto de 2021	16
Tabela 4: Percentual de cestas e refeições doadas no último mês (julho de 2021) – Ponta Grossa	17
Tabela 5: Percentual de cestas e refeições doadas no último mês (julho de 2021) – por tipo de entidade/pessoa física – Ponta Grossa.....	17
Tabela 6: Percentual de cestas e refeições doadas no último mês (julho de 2021) – por tempo de atuação – Ponta Grossa	18
Tabela 7: Peso/quantidade média de produtos em cada cesta doada – Ponta Grossa – Agosto de 2021	21
Tabela 8: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a forma que é feita a composição das refeições versus a forma de controle financeiro/interno– Ponta Grossa – agosto de 2021	23
Tabela 9: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme como é definida a composição da refeições– Ponta Grossa – agosto de 2021	23
Tabela 10: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme mudanças nas ações após a pandemia – Ponta Grossa – agosto de 2021	24
Tabela 11: Percentual de entidades/pessoas físicas que irão continuar suas ações após a pandemia – Por tipo de entidades/pessoa física – Ponta Grossa – agosto 2021	27
Tabela 12: Percentual de entidades/pessoas físicas que irão continuar suas ações após a pandemia – Por tempo de atuação – Ponta Grossa – agostos 2021	28

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
A FOME DECORRENTE DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID 19	12
METODOLOGIA.....	13
ANÁLISE DOS DADOS.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	35

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 produziu repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica ao longo do Brasil, mas também repercussões e impactos sociais e econômicos. Um dos mais graves refere-se à fome. Dados fornecidos pela Rede PENSSAN indicam que mais da metade da população estava na insegurança alimentar em 2020 (55%), e destes, 9% conviviam com a fome. Importante destacar que uma alimentação insuficiente traz inúmeros malefícios para a vida humana, como, por exemplo, o desenvolvimento de doenças, a má formação corpórea, obstáculos fisiológicos ao trabalho e à mobilidade, mortalidade infantil e materna, prejuízos no desenvolvimento físico e mental gerando baixo rendimento escolar, dentre outros. Ademais, é desumano aceitar que qualquer pessoa esteja à mercê da fragilidade das ações das políticas de proteção social necessárias nessa situação.

Teoricamente, o Estado Brasileiro deve assegurar esse direito social, o qual consiste num direito do cidadão em não sentir medo de viver sob a ameaça da fome. Algumas ações emergenciais foram apresentadas pelo poder público a nível federal, estadual e municipal. Contudo, a grande questão é que parte considerável da nossa sociedade já se encontrava vulnerável antes da pandemia. E durante a pandemia de Covid-19 esse cenário de “fome” se intensificou, afetando ainda mais aqueles que já estavam na insegurança alimentar *ex ante*, incluindo outros que perderam seus empregos e suas rendas. Assim, a solidariedade e ação de segmentos organizados da sociedade civil através de entidades não governamentais (com e sem fins lucrativos) vem somar-se às ações emergenciais públicas.

Neste sentido, torna-se importante mensurar as ações de combate à fome em Ponta Grossa-PR realizadas por entidades não governamentais e ações individuais, visando especialmente identificar a ampliação das ações que já existiam antes da pandemia, e as novas que surgiram durante este período.

O presente relatório é parte de uma pesquisa maior em desenvolvimento pelo Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza e tem como propósito difundir os resultados dessa etapa de pesquisa de forma sintética. Discussões mais aprofundadas e críticas serão realizadas em outras produções científicas do Núcleo, mas entende-se que é fundamental divulgar esses resultados com celeridade atendendo potenciais sujeitos que demandem das ações em andamento, bem como destacando o trabalho em execução por diversas entidades e pessoas físicas.

A FOME DECORRENTE DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID 19

Das diversas mazelas que a pandemia tem produzido no Brasil e no mundo, a pobreza extrema e a partir dela a fome devem atingir milhões de pessoas. De acordo com dados da CEPAL (Panorama Social da América Latina) em 2020, só na América Latina e Caribe, o novo coronavírus tende a criar um panorama extremamente complexo onde 209 milhões de pessoas já se encontram em situação de pobreza e 78 milhões de pessoas em pobreza extrema.

Ocorre que nos últimos anos a elevação dos níveis de pobreza já havia sido impulsionada pela escassez e precarização das condições de trabalho. A insuficiência de renda faz com que a população, sobretudo as pessoas que já estão pauperizadas, não consigam acesso a bens e serviços mínimos acentuando desigualdades sociais e a falta de justiça social. Sem dúvida nenhuma, o decréscimo das ofertas de trabalho e o crescimento da informalidade em relação a geração de renda foi um dos grandes motivos para a extensão da condição de pobreza. A pobreza extrema pode ser definida como ausência das condições mínimas para a sobrevivência.

Outro fator importante, foi a diminuição severa de políticas sociais de distribuição de renda impactando no aumento da vulnerabilidade de muitas famílias brasileiras. Se nas últimas décadas houve um processo de aumento e incremento das políticas de distribuição de renda, o contrário ocorreu no último quinquênio quando da diminuição drástica de políticas de atendimento à população.

A escassez de trabalho e o afastamento do Estado agregados a crise econômica mundial decorrente da pandemia trouxe consequências muito severas para todos de um modo geral e para aqueles mais pobres em específico, trouxe o agravamento das condições materiais de vida manifestado sobretudo pela fome.

Neste sentido, com o agravamento das múltiplas expressões da questão social e o acirramento das desigualdades sociais, a problemática da fome tem se tornado crescente atingindo famílias inteiras, colocando na mendicância cada vez mais pessoas.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi exploratório-descritiva de natureza quantitativa. Sabendo previamente da atuação no “combate a fome” de algumas entidades a partir de uma listagem divulgada por uma emissora de televisão e entendendo também que as entidades cadastradas como socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social poderiam ter algum tipo de atuação nessa frente, tomou-se como base ambas as listagens somando um total de 44 organizações para abordagem inicial da pesquisa.

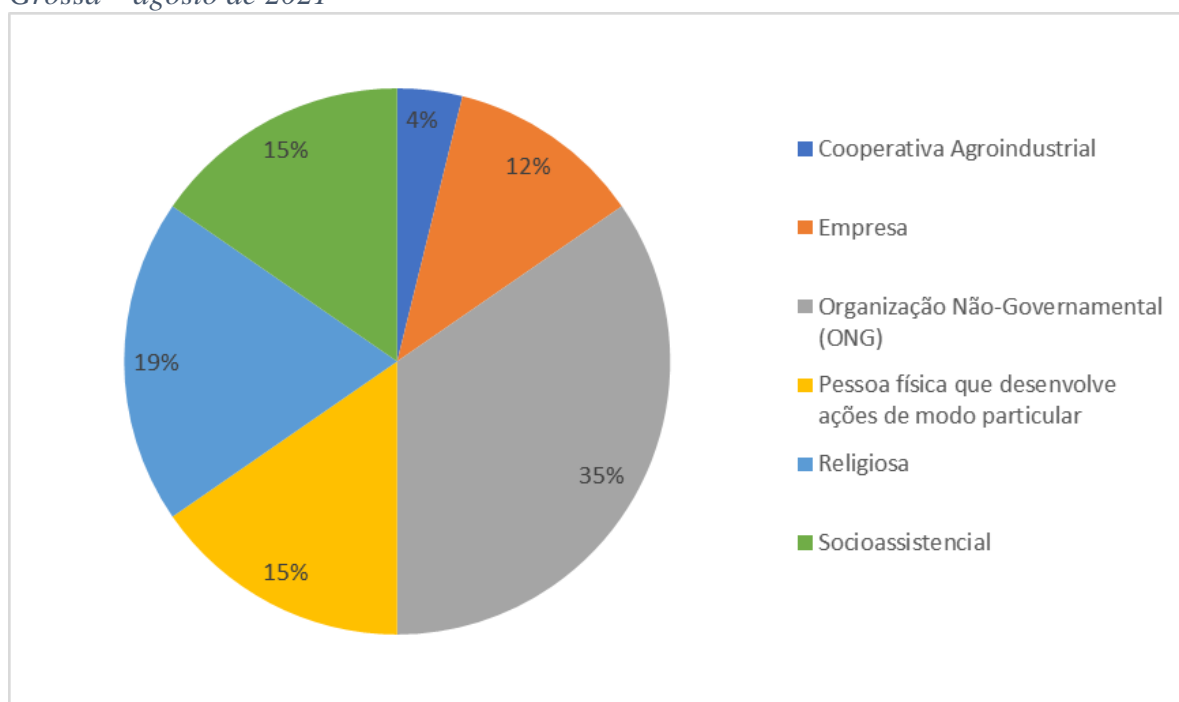
Essas organizações do município foram contatadas via telefone pelos participantes da pesquisa que explicavam a pesquisa em andamento e que podiam preencher a pesquisa em conjunto ou disponibilizar um link para autopreenchimento da pesquisa por meio do Google Formulário. A pesquisa também foi divulgada na mídia local e nas redes sociais da Universidade Estadual de Ponta Grossa e houve a disponibilização de link para esse questionário para o preenchimento voluntário, especialmente das ações individuais.

O período de coleta de dados foi de um mês, de 10 de agosto de 2021 a 10 de setembro de 2021. Foram obtidas 26 respostas válidas cujo os resultados são expostos na seção que segue. Cabe destacar que dentre as organizações inicialmente listadas houve alguns casos nos quais não se desenvolvia ações relacionadas a alimentação, bem como casos de recusa em participar.

ANÁLISE DOS DADOS

Como corolário, 26 entidades/pessoas físicas responderam à pesquisa (conforme Gráfico 1), ressaltando que as organizações não governamentais e religiosas representaram mais da metade das ações pesquisadas.

Gráfico 1: Percentual de respostas conforme tipo de entidade ou pessoa física – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Na maioria das ações, a organização do cadastro dos beneficiados é feita por família, conforme pode-se observar na tabela 1. Em apenas 15% não se tem organizado esses dados. Dentre as cooperativas pesquisadas, todas não tinham cadastro dos beneficiados, cenário similar para 50% das pessoas físicas e 33% das empresas privadas; todas as demais entidades – as quais apresentam um envolvimento maior com as ações sociais – detinham um banco de dados dos beneficiados. Ressalta-se que esse cadastramento é importante especialmente para a efetivação de intervenções futura, já existindo uma base de dados inicial é possível o contato, bem como averiguação dos efeitos das ações.

Tabela 1: Percentual de entidade/pessoa física conforme a existência de cadastro dos beneficiados – Ponta Grossa – agosto de 2021

Rótulos de Linha	Familiar	Individual	Não há cadastro
Cooperativa Agroindustrial	0%	0%	100%
Empresa	0%	67%	33%
Organização Não-Governamental (ONG)	67%	33%	0%
Pessoa física	25%	25%	50%
Religiosa	80%	20%	0%
Socioassistencial	100%	0%	0%
Total Geral	58%	27%	15%

Fonte: Resultado da Pesquisa

Ainda focando na organização das ações, questionou-os acerca do controle interno/financeiro, e boa parte (46%) inferiu a realização apenas manual, tendo 12% dos pesquisados que não realizavam nenhum tipo de controle interno/financeiro. Importante ressaltar que de todas as pessoas físicas que fizeram doação nos últimos meses, 50% não tinham nenhum controle financeiro das ações e, dentre as entidades religiosas, 20% também não tinham essa organização (Tabela 2). Ademais, 80% das entidades religiosas faziam esse controle de forma manual, similar a 67% das ONGs, lembrando que estas duas entidades representam mais de 50% de todas as pesquisadas nesta pesquisa.

Fazer esse controle interno/financeiro é importante para a organização das doações. Entende-se que muitas das ações são feitas conforme se recebe as doações de terceiros, entretanto, o controle interno permite um indicativo maior para os beneficiados quanto às doações futuras, além de permitir a identificação dos principais parceiros das ações.

Como boa parte das entidades fazem esse controle de forma manual ou ainda não fazem, cursos de capacitação ou projetos de extensão podem ser efetivados visando ajudar nesta organização.

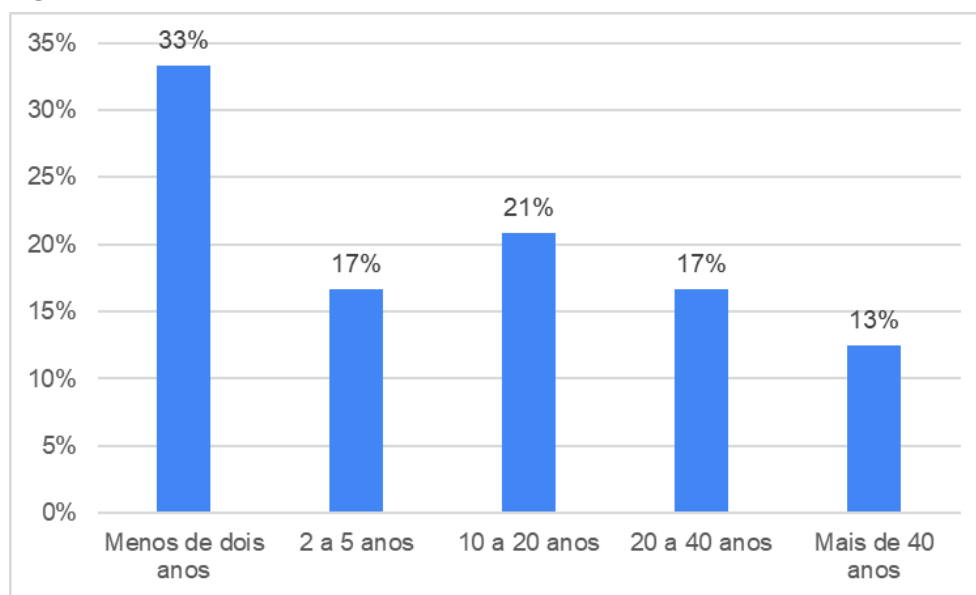
Tabela 2: Percentual de entidade/pessoa física conforme o controle financeiro das suas ações – por tipo de entidade/pessoa física – Ponta Grossa – agosto de 2021

Tipo de entidade/pessoa física	Planilha Eletrônica	Manual	Não sabe precisar	Não é realizado controle
Cooperativa Agroindustrial	100%	0%	0%	0%
Empresa	100%	0%	0%	0%
Organização Não-Governamental (ONG)	11%	67%	22%	0%
Pessoa física	25%	25%	0%	50%
Religiosa	0%	80%	0%	20%
Socioassistencial	50%	25%	25%	0%
Total Geral	31%	46%	12%	12%

Fonte: Resultado da Pesquisa

Conforme retratado anteriormente, a pandemia de Covid-19 produziu repercussões e impactos negativos na vulnerabilidade social da população brasileira. No caso de Ponta Grossa, o crescimento expressivo de entidades/pessoas físicas doadoras de alimentos durante a pandemia reflete essa maior demanda, em que, de todos os pesquisados que efetivaram algum tipo de doação, 31% iniciaram suas ações após o início da pandemia (Gráfico 2).

Gráfico 2: Percentual de entidades/pessoa física conforme tempo de atuação – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Observa-se que de todos que iniciaram suas ações após o início da pandemia, 75% eram empresas, ONGs e entidades de caráter socioassistencial, enquanto 25% correspondiam a cooperativas e pessoas físicas. No caso das entidades religiosas, elas desenvolvem suas ações no município a mais de 10 anos, tendo um histórico de ações contra a fome em Ponta Grossa, e, conforme será verificado *a posteriori*, embora não tenham iniciado novas ações, elevaram o número de doações com a pandemia.

Tabela 3: Percentual de entidades/pessoa física conforme tempo de atuação - por tipo de entidade/pessoa física- Ponta Grossa – agosto de 2021

Tipo de entidade/pessoa física	Menos de 2 anos	2 a 5 anos	10 a 20 Anos	20 a 40 anos	Mais de 40 anos	Não respondeu
Cooperativa Agroindustrial	13%	0%	0%	0%	0%	0%
Empresa	25%	25%	0%	0%	0%	0%
Organização Não-Governamental	25%	25%	50%	60%	0%	50%
Pessoa física	13%	25%	0%	0%	33%	50%
Religiosa	0%	0%	25%	40%	67%	0%
Socioassistencial	25%	25%	25%	0%	0%	0%

Fonte: Resultado da Pesquisa

Ao todo, as entidades/pessoas físicas que participaram da pesquisa doaram um total de 4.243 cestas e 4.110 refeições no último mês (julho de 2021), conforme Tabela 4. Dado que apenas 26 entidades/pessoas físicas participaram da pesquisa, pode-se inferir como alto o número médio de doações efetuado ao longo do mês de referência.

Tabela 4: Percentual de cestas e refeições doadas no último mês (julho de 2021) – Ponta Grossa

Doação:	Julho 2021
Cestas	4243
Refeições	4110
Total	8340

Fonte: Resultado da Pesquisa

De todas as cestas doadas no mês de referência, 45% foram ações de empresas, 23% das entidades religiosas e 19% das ONGs; no caso das refeições, 50% advieram das entidades socioassistenciais, 31% de pessoas físicas e 19% das ONGs (Tabela 5). Assim, com exceção desta última que tem uma participação similar tanto na doação de cestas como de refeições, as demais focam, em geral em uma das ações.

Tabela 5: Percentual de cestas e refeições doadas no último mês (julho de 2021) – por tipo de entidade/pessoa física – Ponta Grossa

Tipo de entidade/pessoa física	Cestas	Refeições
Cooperativa Agroindustrial	5%	0%
Empresa	45%	0%
Organização Não-Governamental (ONG)	19%	19%
Pessoa física que desenvolve ações de modo particular	1%	31%
Religiosa	23%	0%
Socioassistencial	7%	50%

Fonte: Resultado da Pesquisa

Ao associar o percentual de refeições e de cestas doadas conforme o tempo de atuação, observa-se que quase metade das doações foram efetivadas por entidades/pessoas físicas que iniciaram suas ações após o início da pandemia (Tabela 6). Esse resultado é bastante relevante, pois demonstra a movimentação da sociedade diante da eclosão de uma questão social grave, assumindo, parcialmente, a responsabilidade acerca da mitigação da fome no município.

Tabela 6: Percentual de cestas e refeições doadas no último mês (julho de 2021) – por tempo de atuação – Ponta Grossa

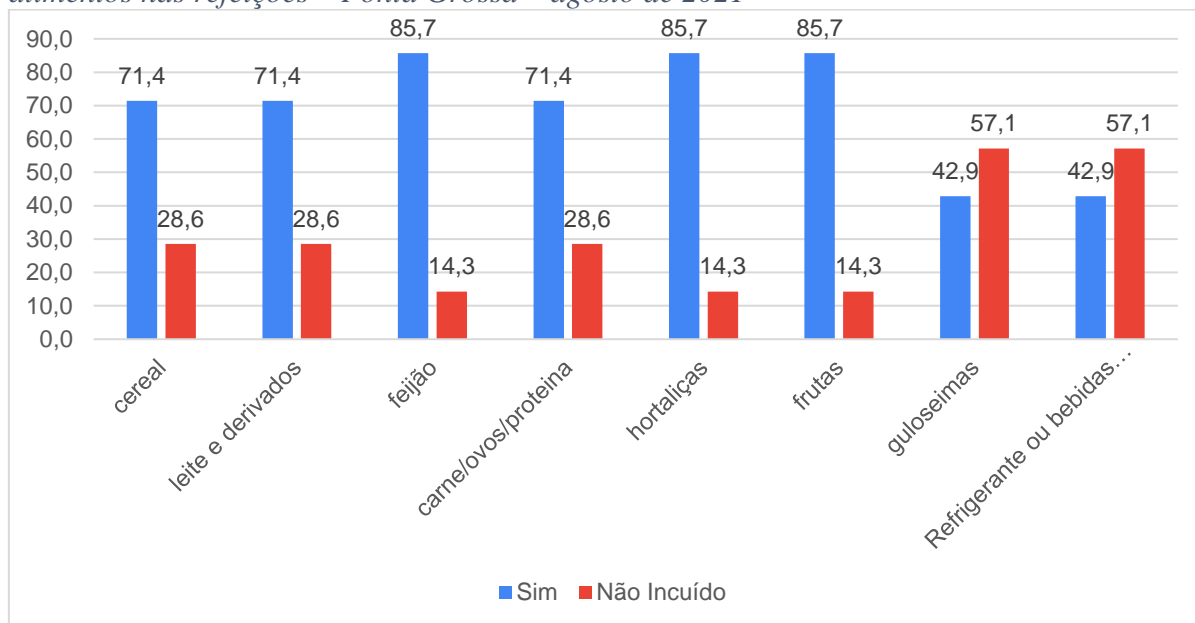
Tempo de atuação	Refeições	Cestas
Menos de 2 anos	42%	43%
2 a 5 anos	0%	10%
10 a 20 anos	8%	17%
20 a 40 anos	19%	15%
Mais de 40 anos	31%	15%
Não informou	0%	0%

Fonte: Resultado da Pesquisa

No caso da composição das refeições, 86% das entidades/pessoas físicas afirmaram ter feijão, frutas e hortaliças na composição das refeições doadas; 71% inferiram ter cereal, leite/derivados e carne/ovos/proteínas nas refeições fornecidas e; 43% afirmaram ter guloseimas e refrigerante/bebidas açucaradas. Tendo em vista o atual contexto de aumento da pobreza e insegurança alimentar na população, a qualidade das refeições doadas, podem impactar de forma positiva no padrão alimentar das famílias assistidas nos programas sociais. Os alimentos que compõe as refeições, no período estudado, são também os mais consumidos pela população brasileira em geral, que fazem parte da Cesta Básica Nacional e do Guia Alimentar para a População Brasileira.

A presença de feijão, frutas e hortaliças nas doações e de cereais, leite/derivados, carnes/ovos/fontes proteicas, podem contribuir de forma positiva na qualidade nutricional da dieta, sobretudo no aporte de proteína e micronutrientes. Dados das últimas Pesquisas de Orçamento Familiar (POF), demonstraram baixo consumo de frutas, hortaliças e alimentos proteicos nas populações brasileiras de baixa renda. Entretanto, alimentos de baixo valor nutricional, como guloseimas e refrigerantes/bebidas açucaradas, podem demonstrar, em alguns casos, consumo de alimentos de baixa qualidade nutricional. Vale ressaltar que precárias condições de vida, podem desencadear nos indivíduos, estados nutricionais inadequados ambíguos, como desnutrição e obesidade.

Gráfico 3: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a inclusão de alguns tipos de alimentos nas refeições – Ponta Grossa – agosto de 2021

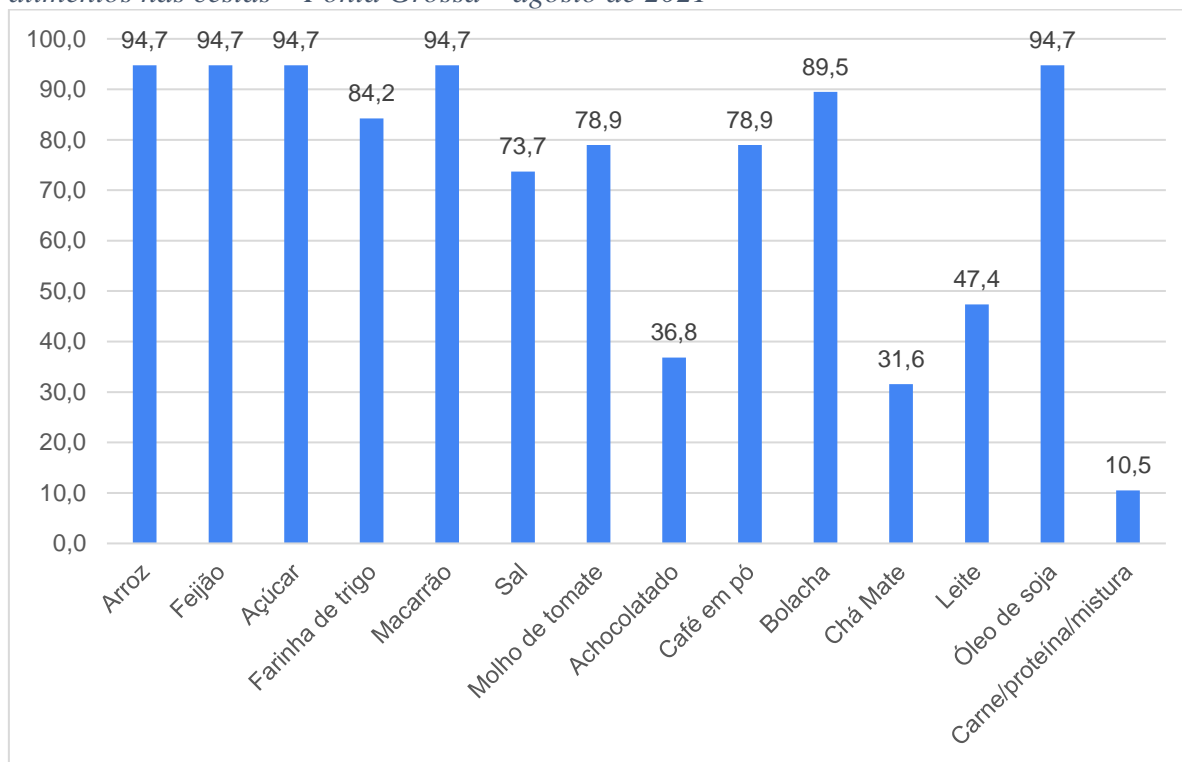


Fonte: Resultado da Pesquisa

No caso da composição das cestas, 95% das entidades/pessoas físicas afirmaram ter arroz, feijão, açúcar, macarrão e óleo de soja; 90% inferiram ter bolacha; 84,2% farinha de trigo; 79% molho de tomate; 74% sal; 47% das entidades/pessoas físicas afirmaram ter leite; 37% achocolatado; 32% chá mate, e; apenas 11% carne/proteína/mistura.

A partir dos dados coletados pode-se verificar que os itens que compõem a maioria das cestas, enquadram-se em alimentos não perecíveis, tradicionais na dieta do brasileiro, como arroz; feijão; cereais; óleo; sal e açúcar. Alimentos como arroz, feijão e cereais (farinha de trigo, macarrão, bolacha), representam um aumento do aporte calórico na alimentação diária, que podem suprir de forma quantitativa o consumo alimentar. Alimentos como sal, extrato de tomate, óleo, fermento em pó, achocolatado e chá, são insumos que podem auxiliar no preparo e sabor das refeições. Porém, do ponto de vista de proteínas e fontes alimentares de vitaminas e minerais, as cestas apresentam pouca qualidade, com exceção daquelas compostas também com leite. Assim, as cestas básicas precisariam ser complementadas com doações mais frequentes de alimentos frescos, como ovos, frutas e hortaliças.

Gráfico 4: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a inclusão de alguns tipos de alimentos nas cestas – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Na Tabela 7 tem-se a média de alimentos por cesta doada. Na primeira coluna levou em conta o peso/quantidade média do produto considerando todas as cestas, inclusive aquelas em que não se tinha o produto. Na segunda coluna considerou o peso/quantidade média do produto apenas naquelas cestas em que se tinha a presença daquele produto. Por exemplo, no caso da carne/proteína/mistura, naquelas cestas que forneciam esse tipo de produto, o peso médio doado correspondeu a 5,25kg por cesta. Agora, como apenas 11% das entidades/pessoas físicas incluíam esse produto nas cestas, ao considerar todas as doações, o peso médio de carne/proteína/mistura caiu para 0,55 kg. Esses resultados sugerem que as cestas doadas pelas entidades são complementares às necessidades alimentares diárias, sobretudo no aporte energético, com menor participação nos demais grupos alimentares. As composições das cestas básicas não são proporcionais ao número de beneficiários nas famílias assistidas, assim como há deficiência em termos de alimentos *in natura*, leite e derivados.

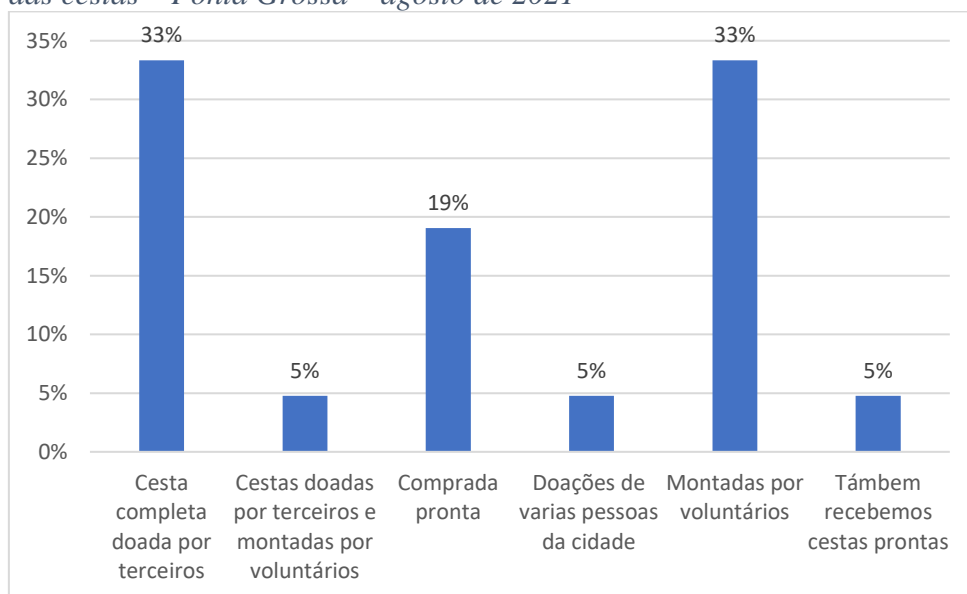
Tabela 7: Peso/quantidade média de produtos em cada cesta doada – Ponta Grossa – Agosto de 2021

	Todas as entidades	Apenas nas cestas que há o produto
Arroz (kg)	3,50	3,69
Feijão (kg)	2,29	2,42
Açúcar (kg)	3,19	3,38
Farinha de trigo (kg)	2,31	2,59
Macarrão (kg)	1,55	1,64
Sal (kg)	0,74	0,89
Molho de tomate (unid)	0,84	1,07
Achocolatado (kg)	0,36	0,93
Café em pó (Kg)	0,71	0,90
Bolacha (KG)	0,89	1,00
Chá Mate (kg)	0,29	0,92
Leite (l)	0,55	1,17
Óleo de soja (l)	1,21	1,28
Carne/proteína/mistura (KG)	0,55	5,25

Fonte: Resultado da Pesquisa

Ao questionar como são feitas as cestas, a maior parte relatou serem cestas completas doadas por terceiro ou montadas por voluntários (Gráfico5). Como tem-se um percentual elevado de entidades/pessoas físicas que doaram cestas montadas por voluntários, provavelmente a composição decorreu da disponibilidade diária dos produtos (não tendo, necessariamente, um padrão), justificando, em parte, a heterogeneidade na composição das mesmas quando comparado com as doações feitas pelas diferentes entidades/pessoas físicas (Gráfico 4).

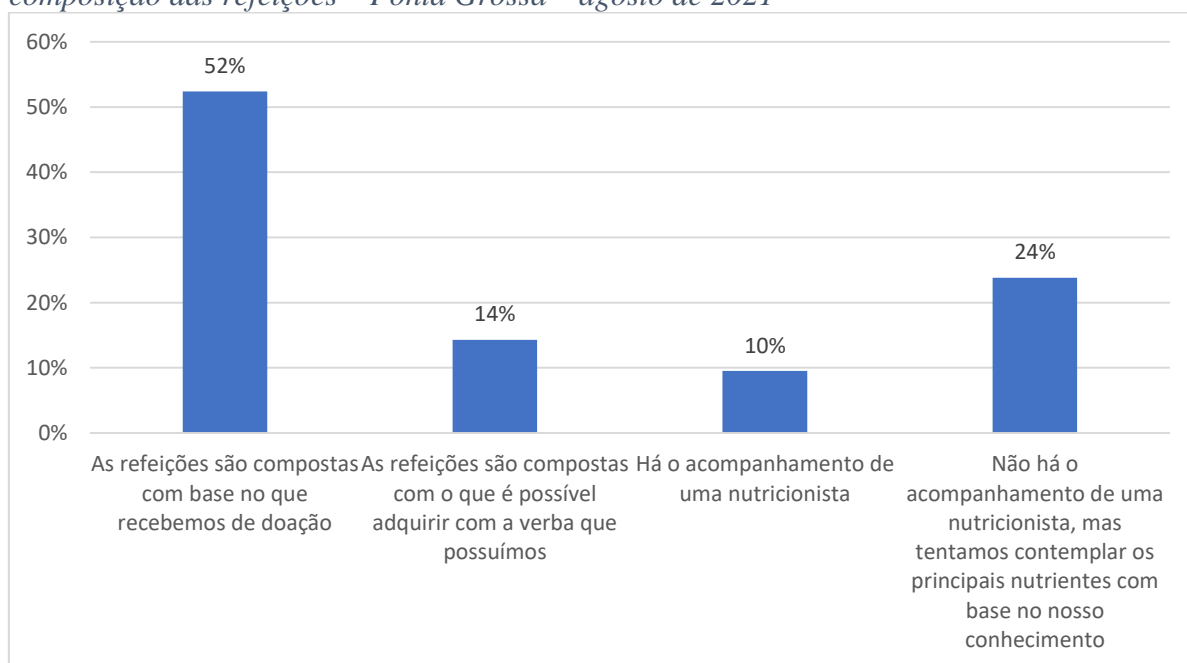
Gráfico 5: Percentual de entidades/pessoas física conforme a forma que é feita a composição das cestas – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Igualmente, questiono-os eram realizadas as refeições, e a maior parte inferiu que as refeições eram preparadas conforme a disponibilidade de doações do dia, ressaltando que em apenas 10% das entidades/pessoas físicas tinha a presença de um nutricionista para a preparação das refeições (Gráfico 6). Programas de complementação alimentar devem garantir à população atendida, alimentação de qualidade, do ponto de vista nutricional e sanitário. Ações para reduzir a insegurança alimentar, a partir de cestas básicas e refeições, podem ser aprimoradas, a partir de análise e supervisão de profissionais da área de nutrição e alimentação.

Gráfico 6: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a forma que é feita a composição das refeições – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

A Tabela 8 mostra uma relação importante entre o controle interno/financeiro das entidades/pessoas físicas e a forma como é feita a composição das refeições, de modo que, aqueles que utilizam nutricionista são os que ou tem controle interno/financeiro por meio de planilhas ou fazem esse controle de forma manual. O ponto importante é que nestas entidades/pessoas físicas há essa organização interna.

Tabela 8: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme a forma que é feita a composição das refeições versus a forma de controle financeiro/interno – Ponta Grossa – agosto de 2021

Composição	Planilha Eletrônica	Manual	Não é realizado controle interno ou financeiro	Não sabe precisar
As refeições são compostas com base no que recebemos de doação	18,18%	54,55%	9,09%	18,18%
As refeições são compostas com o que é possível adquirir com a verba que possuímos	66,67%	33,33%	0,00%	0,00%
Há o acompanhamento de uma nutricionista	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%
Não há o acompanhamento de uma nutricionista, mas tentamos contemplar os principais nutrientes com base no nosso conhecimento	60,00%	20,00%	20,00%	0,00%

Fonte: Resultado da Pesquisa

Com efeito, ao perguntar como são definidas as composições das refeições, tem-se a Tabela 9.

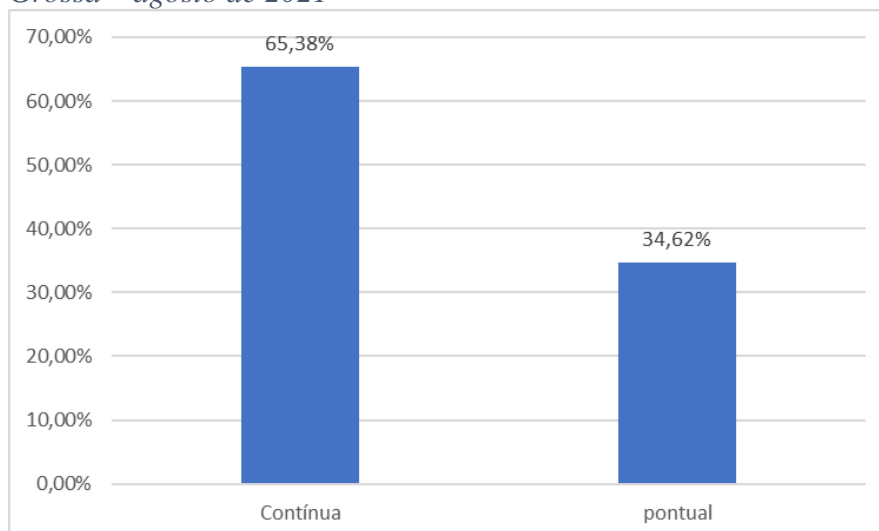
Tabela 9: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme como é definida a composição da refeições – Ponta Grossa – agosto de 2021

Doações de alimentos de pessoas físicas	5%
Doações de alimentos de pessoas físicas, doações de alimentos de empresas	10%
Doações de alimentos de pessoas físicas, doações de alimentos de empresas, doações de alimentos a partir de entidades públicas, recursos próprios	5%
Doações de alimentos de pessoas físicas, doações financeiros de pessoas físicas, doações de alimentos de empresas, doações financeiras de empresas, Doações de alimentos a partir de entidades públicas, recursos próprios, produção própria	5%
Doações de alimentos de pessoas físicas, doações financeiros de pessoas físicas, Doações de alimentos de empresas, doações financeiras de empresas, produção própria	5%
Doações de alimentos de pessoas físicas, doações financeiros de pessoas físicas, Doações de alimentos de empresas, recursos próprios, produção própria	5%
Não respondeu	67%

Fonte: Resultado da Pesquisa

Importante destacar que em mais de 60% das entidades/pessoas físicas, as ações de combate a fome são contínuas, ou seja, periodicamente as doações são feitas. Isso é muito importante para aqueles que recebem as doações, pois, saber que podem contar com aquelas doações periodicamente mitiga, em parte, o seu desalento quanto à sua condição de vulnerabilidade social.

Gráfico 7: Percentual de entidades/pessoas físicas quanto à frequência das ações – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Ao questionar se a pandemia gerou alguma mudança na(s) ação(ões) desenvolvidas, teve os seguintes resultados: todas as entidades/pessoas físicas observaram um aumento na demanda por doações após o início da pandemia; 47% alteraram a forma de atuar, focando na distribuição de alimentos; 39% aumentaram a área de atuação das suas doações, abrangendo mais regiões de Ponta Grossa; 34% identificaram um aumento de pessoas e de patrocinados auxiliando. Esses dados ratificam as inferências feitas anteriormente quanto à intensificação da fome ao longo do município, evidenciada pelo aumento da demanda por essas ações e pelas regiões atendidas.

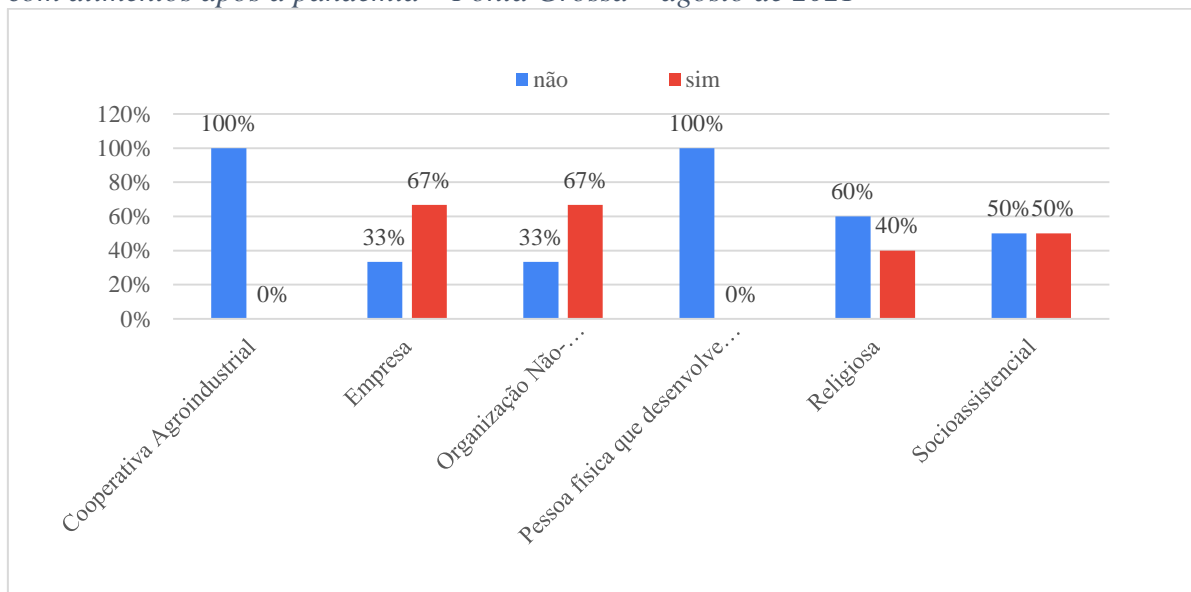
Tabela 10: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme mudanças nas ações após a pandemia – Ponta Grossa – agosto de 2021

Mudanças nas ações após a pandemia	Entidades/pessoas físicas
Aumento de pessoas buscando auxílio	100%
Mudança na forma do auxílio com alimentos	47%
Aumento das áreas atendidas (regiões do município)	39%
Aumento de interessados em auxiliar (voluntários e patrocinadores)	34%
Diminuição de interessados em auxiliar (voluntários e patrocinadores)	15%
Não tivemos ajuda do poder público para às doações de certas básicas.	4%
Não houve mudanças	8%

Fonte: Resultado da Pesquisa

Ao investigar quais os tipos de entidades/pessoas físicas que tiveram as maiores mudanças na forma do auxílio, voltando-as para alimentos, observa-se (Gráfico 8) que a maior parte das empresas, das ONGs e entidades socioassistencial apresentavam tal alteração.

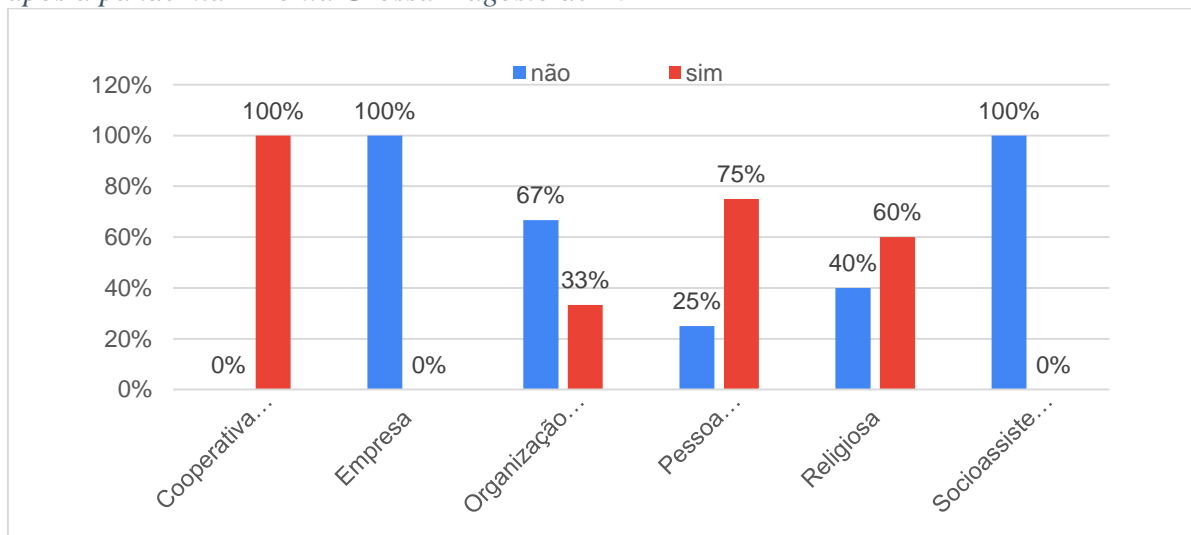
Gráfico 8: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme mudanças na forma do auxílio com alimentos após a pandemia – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Ademais, ao investigar quais os tipos de entidades/pessoas físicas que tiveram ampliação das áreas atingidas pelas ações, todas as cooperativas apresentaram tal ampliação, cenário similar verificado em boa parte das entidades religiosas e ONGs (Gráfico 9).

Gráfico 9: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme ampliação das áreas atingidas após a pandemia – Ponta Grossa – agosto de 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

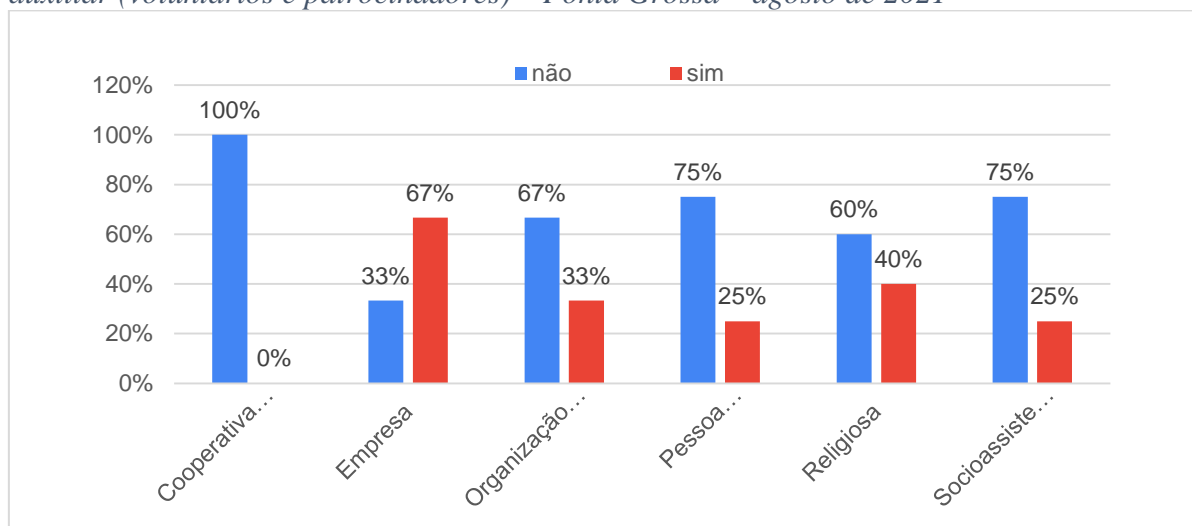
Importante ressaltar que, com exceção das cooperativas, todas as demais tiveram parte das suas entidades/pessoas físicas inferindo quanto à ampliação dos interessados em auxiliar

(seja na execução das ações como também no patrocínio). Isso demonstra a união da sociedade civil, buscando contribuir com a mitigação da fome num dos períodos mais críticos da nossa história.

Na contramão, em torno de 20% das entidades que compõe as ONGs e entidades Religiosas, juntamente com as ações das pessoas físicas, inferiram quanto a queda de interessados em ajudar.

Neste sentido, considerando o percentual de entidades/pessoas físicas que reconheceram a ampliação dos auxílios versus o percentual que identificou uma diminuição dessa ajuda, pode-se inferir que, durante a pandemia, se teve uma ampliação líquida de pessoas ajudando nas ações de combate à fome em Ponta Grossa.

Gráfico 10: Percentual de entidades/pessoas físicas conforme ampliação de interessados em auxiliar (voluntários e patrocinadores) – Ponta Grossa – agosto de 2021

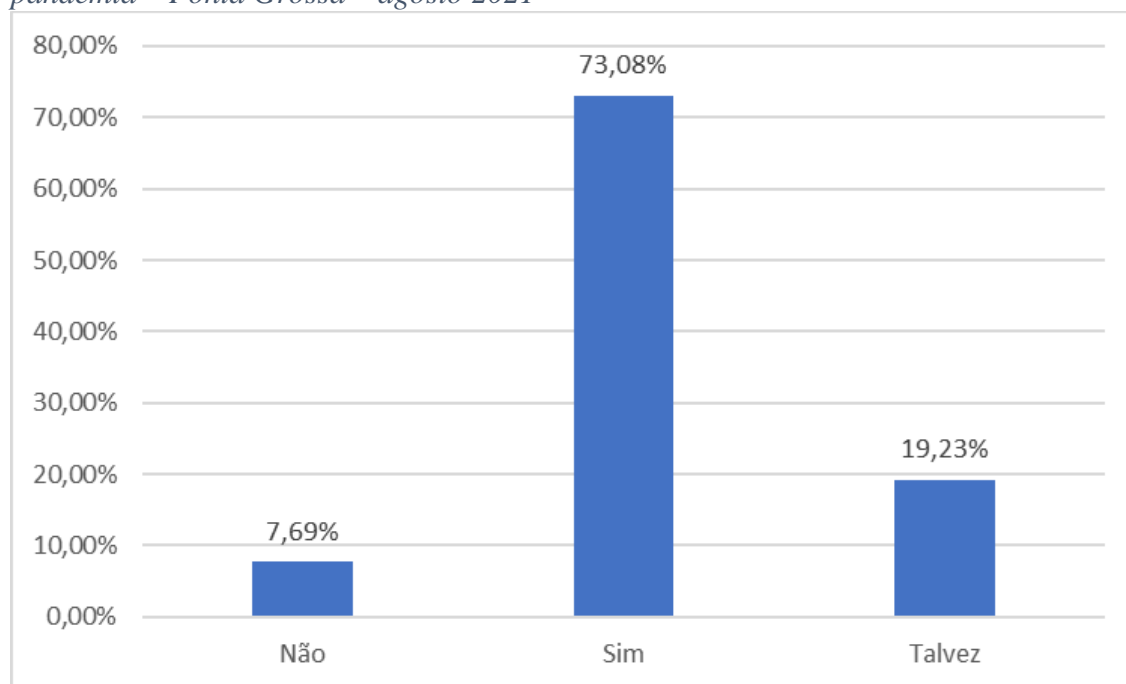


Fonte: Resultado da Pesquisa

Por fim, questionou-os se irão continuar com suas ações após a pandemia, e 73% inferiu que sim (Gráfico 8). Ademais, verifica que parte das ONGs e das entidades socioassistenciais foram as que relataram que pretendem não continuar com suas ações após o término da pandemia (Tabela 11). E 50% das que inferiram que não vão manter suas ações iniciaram suas doações após o início da pandemia (Tabela 12). A principal regulamentação da política de Assistência Social – a LOAS – não faz nenhuma referência a ofertas em caráter de “doação” de alimentos, e sim situa os benefícios eventuais no âmbito dos direitos e garantias do SUAS, com indicação da necessidade do estabelecimento de critérios transparentes, deliberados pelos Conselhos locais de Assistência Social. Considerando que as entidades socioassistenciais integram a rede de atendimento da política de Assistência Social, e neste contexto de pandemia

, a distribuição de alimentos vincula-se ao benefício eventual decorrente de vulnerabilidade temporária, logo, a execução deste benefício, deve estar deliberado pelo Conselho de Assistência Social, principalmente porque a oferta de alimentos para suprir necessidade de alimentação, deve ser visto na ótica do direito de cidadania e do direito humano à alimentação, princípio estruturante da política de segurança alimentar e nutricional, já que O Sistema Único de Assistência Social não prevê qualquer ação na esfera dos entes federados e da gestão relacionada à doação de alimentos. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2018, p.40). A questão que se coloca, é a necessidade de um maior debate entre as políticas sobre o direito à alimentação.

Gráfico 11: Percentual de entidades/pessoas físicas que irão continuar suas ações após a pandemia – Ponta Grossa – agosto 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Tabela 11: Percentual de entidades/pessoas físicas que irão continuar suas ações após a pandemia – Por tipo de entidades/pessoa física – Ponta Grossa – agosto 2021

Tipo de entidade/pessoa física	Não	Sim	Talvez
Cooperativa Agroindustrial	0%	5%	0%
Empresa	0%	11%	20%
Organização Não-Governamental (ONG)	50%	26%	60%
Pessoa física que desenvolve ações de modo particular	0%	16%	20%
Religiosa	0%	26%	0%
Socioassistencial	50%	16%	0%

Fonte: Resultado da Pesquisa

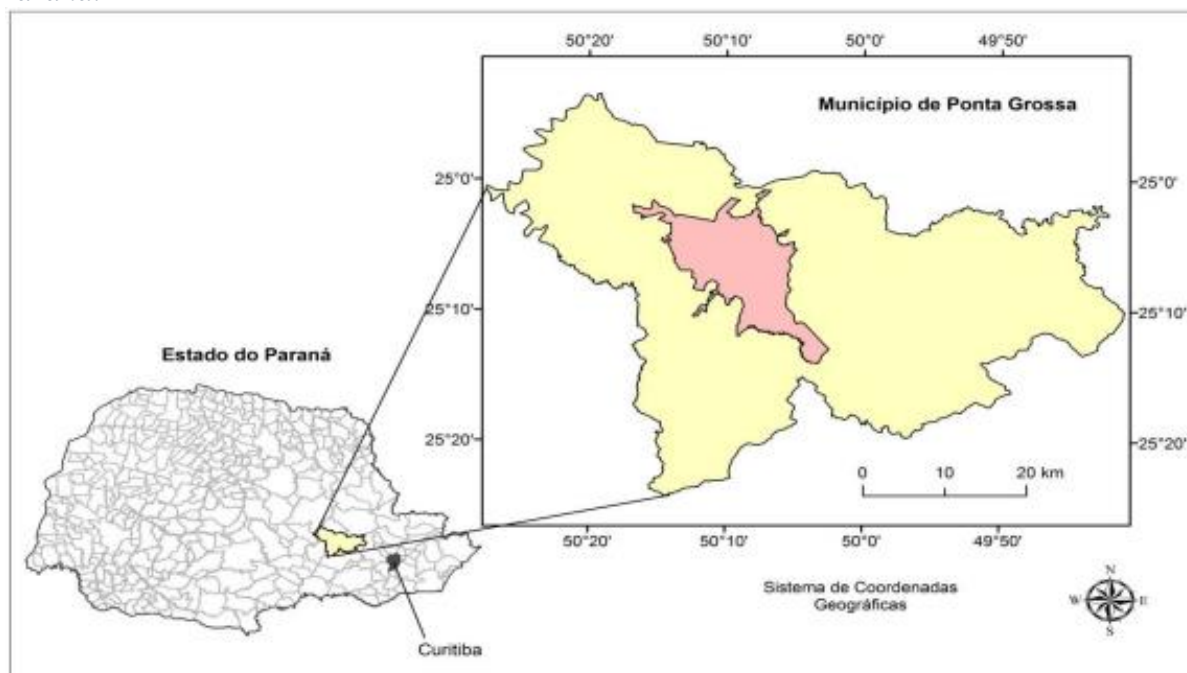
Tabela 12: Percentual de entidades/pessoas físicas que irão continuar suas ações após a pandemia – Por tempo de atuação – Ponta Grossa – agostos 2021

Tempo de atuação	Não	Sim	Talvez
10 a 20 anos	0%	21%	0%
2 a 5 anos	0%	21%	0%
20 a 40 anos	0%	21%	20%
Mais de 40 anos	0%	16%	0%
Menos de 2 anos	50%	21%	60%
Não respondeu	50%	0%	20%

Fonte: Resultado da Pesquisa

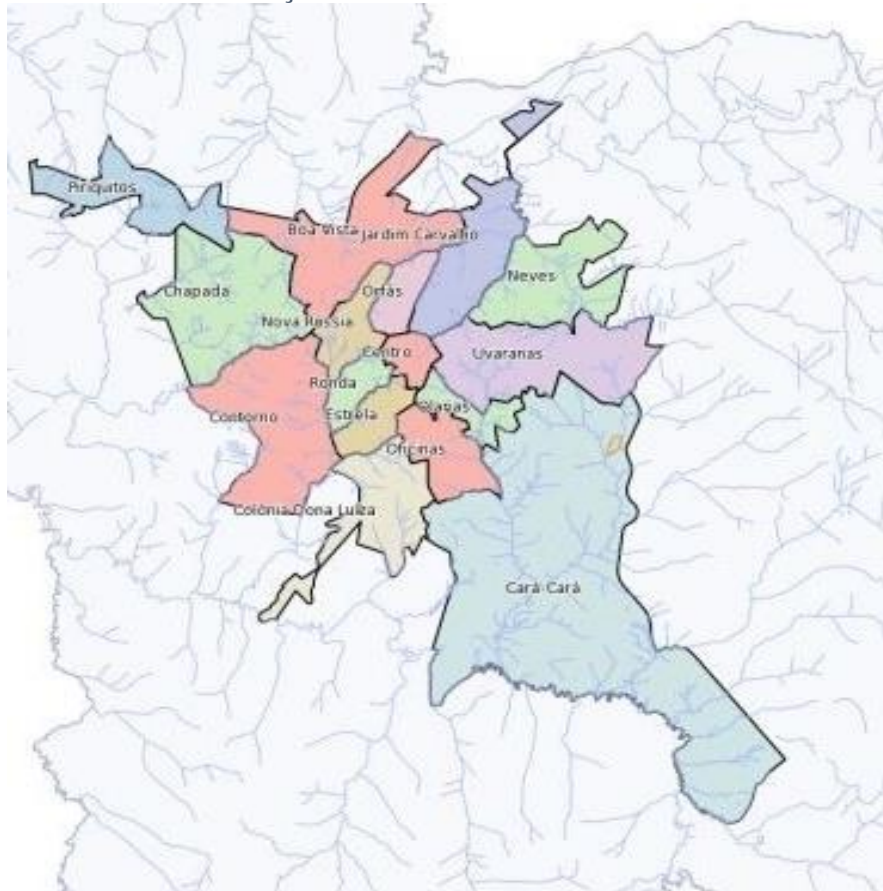
O Município de Ponta Grossa cobre uma superfície de 2.112,6 km² (PONTA GROSSA, 2006). A sede municipal definida pela área urbana congrega 16 bairros (figura 2) e o município ainda possui quatro distritos rurais administrativos. Na figura 1 demonstra-se a localização do município no estado do Paraná e em destaque com cor amarelo a área rural e em rosa a área urbana. Em 2021, a população total estimada municipal correspondia 358.838 habitantes (IBGE, 2021), com mais de 97% das pessoas residindo na área urbana.

FIGURA 1 - Localização do município e da área urbana de Ponta Grossa no estado do Paraná.



Fonte: NASCIMENTO; MATIAS (2011) com base: IBGE (2007) e Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (perímetro urbano 2007).

FIGURA 2 - Localização dos bairros de Ponta Grossa no estado do Paraná.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

Com relação ao fluxo das ações de doação e sua abrangência territorial, tem-se que das 26 entidades (pessoa física e instituições) que participaram da pesquisa, 10 realizaram doações concentradas em um único bairro, prioritariamente próximo a sua origem sede, outras 03 diversificaram entre 03 ou 04 bairros também próximos a sua origem, mais 03 entidades pulverizaram as suas ações de doação entre 06 a 10 localidades e outras 10 entidades diversificaram a doação acima de 13 bairros, sendo que destas 07 doaram em todo os 16 bairros. Infere-se que se teve uma concentração territorial por parte de 50% dos doadores próxima as suas localidades e 38,50% dos doadores diversificaram intensamente a doação.

Na figura 3 demonstra-se a localização das entidades e pessoas que realizaram as doações bem como as áreas abrangidas pelo doador. A diversidade de localidades dos doadores e de seus *locus de* atendimento demonstram-se um entrelaçamento de ações no espaço local.

Figura 3: Abrangência das doações das entidades

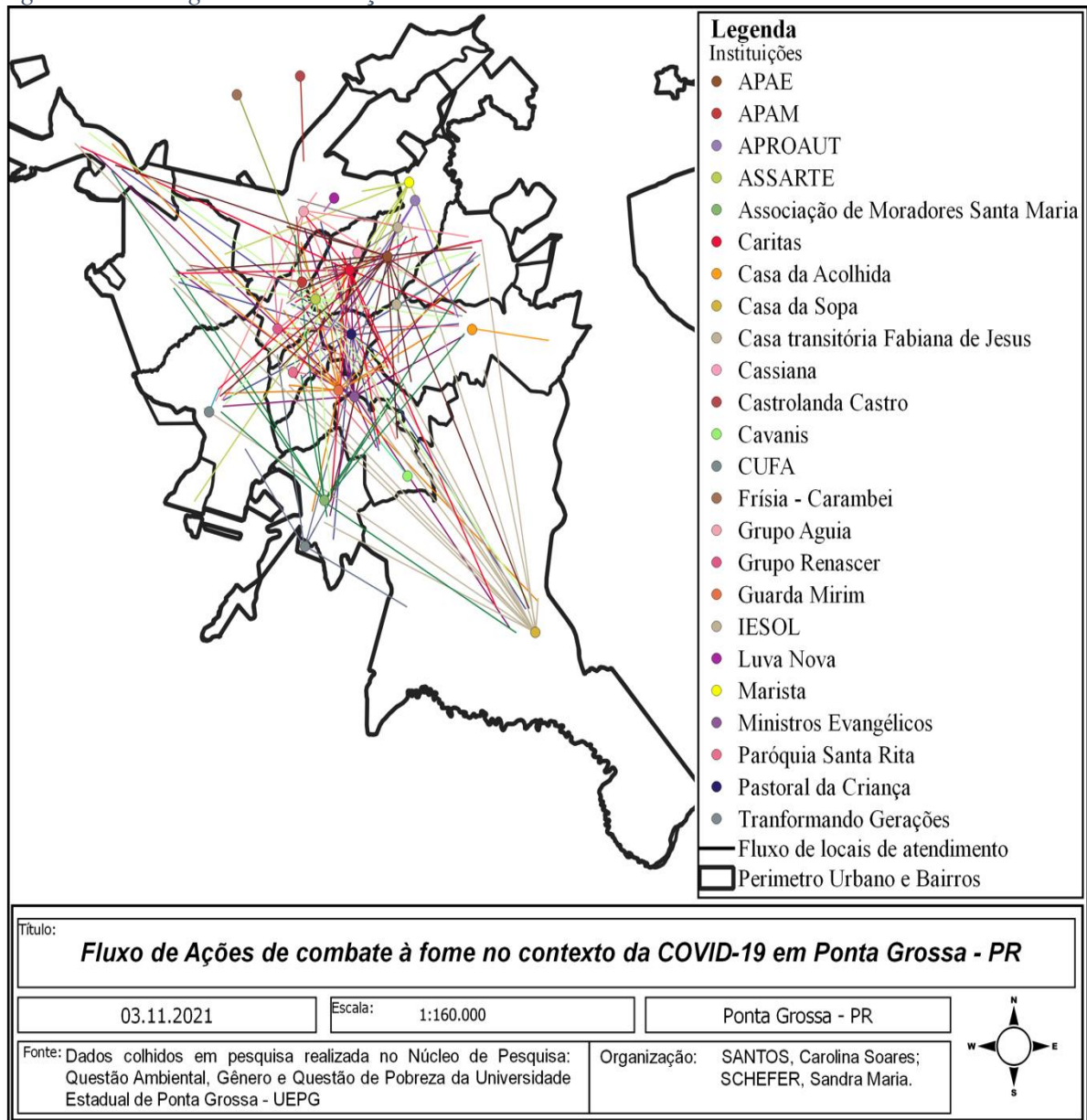
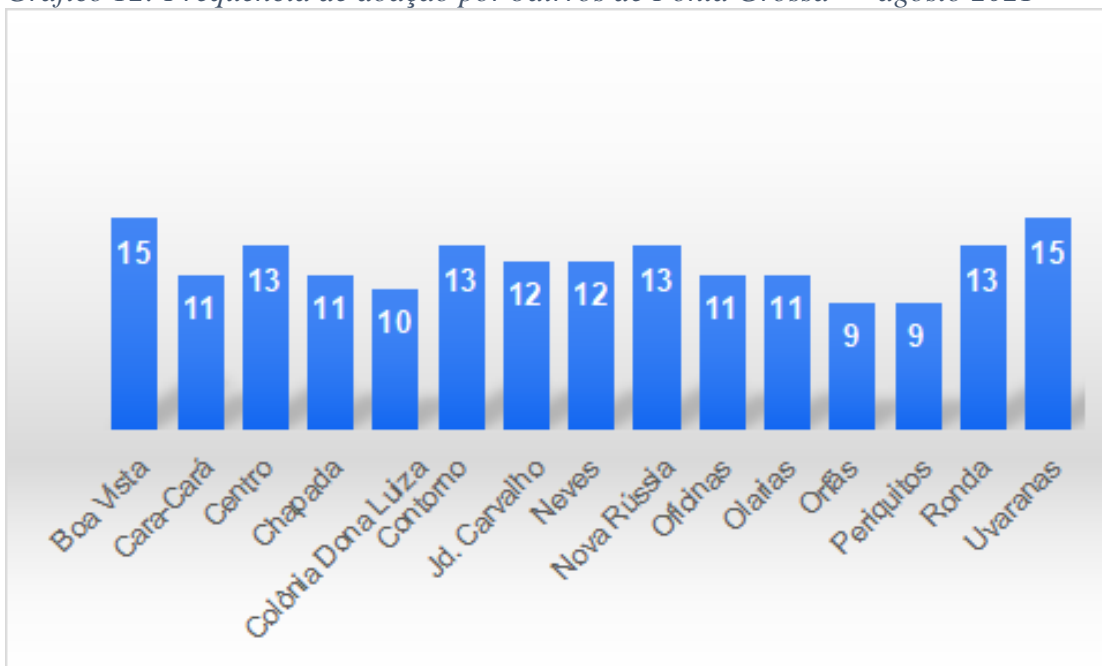


Gráfico 12: Frequência de doação por bairros de Ponta Grossa – agosto 2021



Fonte: Resultado da Pesquisa

Quando se relaciona a figura 3 em consonância com os dados do gráfico 12 tem-se que os bairros Boa Vista e de Uvaranas foram os que mais receberam doações com frequência de 15 doadores enquanto que os bairros Órfãs e Periquitos tiveram a menor frequência com 09 doadores. Os demais bairros tiveram uma frequência entre 10 a 13 doadores.

A territorialização da doação na área urbana do município de Ponta Grossa permitiu visualizar a rede de entrelaçamento de ações voltadas para as pessoas em situação de vulnerabilidade o que colocou em evidência um dos problemas crônicos decorrentes do período pandêmico: a fome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pandemia afetou duramente o Brasil, causando reflexos negativos na vulnerabilidade social. As informações coletadas nesta pesquisa evidenciam um aumento na demanda por doações de cestas básicas e refeições no município de Ponta Grossa, com ampliação das áreas atendidas de boa parte das entidades/pessoas físicas.

A pesquisa demonstrou que a fome além de ser um problema complexo e multicausal se potencializou neste período, visto que os dados mostram aumento da demanda por alimentos. Nesse sentido pode-se afirmar que a violência estrutural expressa pela exclusão e desigualdade se tornaram mais graves neste momento da pandemia.

A fome, vivenciada pelas pessoas que precisam periodicamente de doação de alimentos para a sua subsistência, são o retrato da insegurança alimentar vivenciada por uma parcela da população de Ponta Grossa, que embora esteja sendo mitigada por ações conjuntas da sociedade civil, não são capazes de suprir de forma adequada a alimentação na quantidade e qualidade necessária para uma vida digna e saudável.

Aliás o direito à alimentação enquanto direito social e de segunda dimensão precisa de ações e políticas do Estado no sentido de proporcionar as adequadas condições de vida para o ser humano, e é nesse sentido que dispõe o artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2010)

Embora o direito à alimentação, passe a constar expressamente na Constituição Federal somente a partir da Emenda Constitucional 64/2010, o direito à alimentação, já era reconhecido pela Comissão de Direitos Humanos da ONU em 1993, com voto favorável do Brasil. Na ordem infraconstitucional a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 7272/2010 que já havia criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada, visto que se constitui em direito fundamental do ser humano e inerente à dignidade humana.

A garantia da dignidade humana se constitui em,

qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, num complexo de direitos e deveres

fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover a sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida .(SARLET, 2011,p.73)

Nesse contexto, a fome afronta a dimensão da justiça social e econômica, visto que as pessoas não detêm condições autônomas para adquirir, produzir e preparar seus alimentos na quantidade, qualidade e periodicidade necessária.

Por mais que a solidariedade traga a sociedade civil e organizações para atuar na mitigação da fome, cabe lembrar que a alimentação adequada é um direito humano a ser garantido pelo Estado. Algumas ações públicas emergenciais são observadas nos âmbitos federal, estadual e municipal, contudo essas parecem ser insuficientes no atual momento. O aumento da abrangência vacinal traz otimismo com relação a recuperação econômica, que pode melhorar um pouco esse cenário alimentar. Contudo, mesmo que cheguemos ao término dessa pandemia, haverá sequelas em muitos âmbitos inclusive com relação a saúde e nutrição da população que devem ser endereçados pelo governo, bem como devem ser investigados e monitorados em pesquisas futuras.

Nesse sentido a contribuição pesquisa constante relatório, que trouxe dados de como os atores sociais que têm promovido ações para que se cumpra o direito humano à uma alimentação adequada, bem como para dar visibilidade às violações decorrentes da insegurança alimentar que a população de Ponta Grossa vem enfrentando com o coronavírus.

Sem dúvida que o Direitos Humanos à Alimentação Adequada se constitui em dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, especialmente no contexto difícil e complexo como o da pandemia que ainda se vive em escala mundial.

Contudo são necessárias reflexões sobre os dados para a implementação de ações específicas que devam ser promovidas e articuladas, na integração dos esforços do Poder Executivo e da sociedade civil para garantir o Direitos Humanos à Alimentação Adequada.

A pesquisa realizada no âmbito das entidades, demonstrou que a demanda por alimentação aumentou significativamente no período da pandemia, embora contando com o trabalho de entidades que ampliaram suas atividades de doação, e ainda com o ingresso de novos atores contribuindo para suprir as demandas da fome, mas que nem sempre é possível atingir a alimentação adequada nos aspectos quantitativos e qualitativos necessários à segurança nutricional.

Mas as entrevistas também trazem a preocupante a informação de que 50% das entidades não pretendem continuar com suas ações após o término da pandemia, de modo que o problema da fome continuará persistindo. Essa constatação traz a necessidade de que se aprofunde a pesquisa e conheça também a realidade individual destas pessoas atendidas e que estão em situação de vulnerabilidade, sofrendo com a violência estrutural da fome.

Nesse sentido que o Núcleo de Pesquisa em Gênero, Pobreza e Questão Ambiental, também estará realizando entrevistas (pesquisa) com as pessoas afetadas, ou seja, com as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e são atendidas pelos CRAS e com eventual auxílio de alimentação do município. Estes dados também serão importantes para dar visibilidade da situação grave em que estão submetidas, bem como nortear caminhos para o que o poder público (federal, estadual e municipal) em colaboração com atores sociais, adotem de modo urgente e prioritário as políticas e ações necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional à comunidade.

Por fim, é importante ressaltar as dificuldades que se teve no processo de coleta das informações utilizadas nesta pesquisa. Ao todo, onze alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais efetivaram as ligações telefônicas para as entidades, as quais foram identificadas por meio da mídia, além do que, fez uma consulta inicial (por e-mail) com as entidades inscritas em 2020 no conselho municipal de assistência social do município de Ponta Grossa, selecionando aquelas que afirmaram estar fazendo ações de doação de alimentos (cestas e refeições) atualmente.

Do total de entidades pré-selecionadas (39), apenas quinze responderam ao questionário por intermédio dos alunos. As principais dificuldades encontradas neste processo, foram: dificuldade de contato com o responsável para realizar a aplicação do questionário; dificuldade em encontrar o contato da entidade; falta de resposta quanto às tentativas de contato e; desconfiança acerca da pesquisa.

Essas e outras ações são cruciais para a mitigação da fome ao longo do município, e a sua catalogação apresenta-se como importante, evidenciando a alta exclusão social que está em curso no município, além de promover a divulgação das ações dessas entidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Guia Alimentar para a população brasileira**. Brasília: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica., 2014.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei N° 11.346 de 15 de setembro de 2006. . 2006, p. 28.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA . **Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais** .Secretaria Especial de Desenvolvimento Social Departamento de Benefícios Assistenciais e Previdenciários. Brasília , 2018 Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SNAS_Cartilha_Par%C3%A2metros_Atua%C3%A7%C3%A3o_SUAS.pdf, acesso em 13 de dezembro de 2021.

CEPAL. Panorama Social da América Latina 2020. Santiago (Chile): CEPAL, 2021. Disponível em: < <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/46784-panorama-social-america-latina-2020-resumo-executivo>> Acesso em novembro de 2021.

IBGE. Cidade Ponta Grossa. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>. Acesso em 15 de novembro de 2021

IBGE. **POF-Pesquisa de orçamento familiares 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento., 2019.

PONTA GROSSA. Plano Diretor 2006. Disponível em: <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/1283> . Acesso em 15 de novembro de 2021

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. Nova Edição. 9 ed. rev. atua. Porto Alegre: Livraria do Advogado, Editora 2011.